



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Urban segregations and cultural resistance on the peripheries of the “Minha Casa, Minha Vida” Program in Sertãozinho/SP

Marina Urizzi¹

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre a realidade dos moradores que vivem nas periferias formadas pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Sertãozinho, Interior de São Paulo. Fazendo uso de dados coletados em uma etnografia, o texto apresenta a importante presença da Associação “Cabeça di Nego” nos bairros periféricos da cidade, realizando projetos que fortalecem a formação cultural de crianças e adolescentes. Essa atuação se destaca quando constatado que as famílias desses territórios são pouco assistidas pelo poder público. Nesse sentido, elas encontram representatividade e mediação na Associação para suas demandas. Como exemplo desse vínculo, o trabalho apresenta a parceria entre a Associação e a liderança de um dos bairros que colaboraram com a ação social para o Dia das Crianças. Através dessa amostra, o artigo colabora para a compreensão das realidades e das resistências por aqueles que vivem às margens da cidade.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida. Segregação socioespacial. Sociabilidades. Lugar.

Abstract: This work presents reflections on the reality of residents living in the outskirts formed by the “Minha Casa, Minha Vida” Program in the city of Sertãozinho, in the interior of São Paulo. Through data collected in an ethnography, the text presents the important presence of the “Cabeça di Nego” Association in the city’s peripheral neighborhoods, carrying out projects that strengthen the cultural formation of children and teenager. This action becomes even more prominent when we consider the fact that families in these territories receive little assistance from public authorities and find representation and mediation in this Association for their demands. As an example of this bond, the work presents the case of a partnership between the Association and the leadership of one of the neighborhoods that joined forces to carry out social action for Children’s Day. Through this sample, the article contributes to understanding the realities and resistance of those who live on the city’s margins.

Keywords: Minha Casa Minha Vida program. Socio-spatial segregation. Sociability. Place.

¹ Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. ORCID: [0000-0001-6795-7243](https://orcid.org/0000-0001-6795-7243) - E-mail: marina.urizzi@usp.br.



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Notas introdutórias

O direito à moradia é um dos direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº. 26/2000. Na longa e complexa trajetória de políticas de habitação de interesse social, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) ocupa um posto de destaque: foram 11 anos consecutivos de atuação, isto é, de 2009 a 2020, e a decisão do Governo Federal² pelo seu retorno é, em alguma medida, símbolo do persistente desafio do problema habitacional brasileiro.

Isso porque, durante seu período de vigência, o PMCMV alcançou expressivos resultados quantitativos à medida que constituiu bairros inteiros e, principalmente, condomínios verticais nas periferias das cidades brasileiras. Conseqüentemente, o Programa deixou um legado na estruturação dos espaços urbanos, na (re)produção da segregação socioespacial e nas sociabilidades criadas pelos usuários da política habitacional (Amore, Shimbo & Rufino, 2015). Nesse sentido, para esses usuários, muito mais do que financiar a sonhada “casa própria”, o PMCMV determinou um novo estilo de habitar a cidade, desafiando a conquista e a manutenção do direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Com a consolidação do capitalismo e da lógica neoliberal de produzir o espaço urbano, o que se tem é que, “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (Santos, 2020, p. 25). O PMCMV não escapa dessa estrutura; ao contrário, a reforça por muitos anos. Portanto, de tal conjunção, surge o questionamento: e a vida dos moradores? Seria o “sonho da casa própria” maior que os desafios travados pelo PMCMV?

Partindo dessa constatação, o presente artigo discorre sobre alguns dos resultados obtidos com a pesquisa de mestrado (Urizzi, 2023) sobre a realidade dos moradores PMVMC na cidade de Sertãozinho, Interior de São Paulo. Através do método etnográfico, com um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002), foram descobertas ações da Associação “Cabeça di Nego”, um coletivo da sociedade civil voltado a projetos

² Conforme MP 1.162, de 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: [Medida Provisória](#).



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

de formação sociocultural dessa população periférica, exaltando elementos afro-brasileiros, sobretudo com o público de crianças e adolescentes.

Para elucidar a compreensão central da proposta, o artigo introduz algumas considerações sobre o desempenho do PMCMV. Portanto, considera-se inicialmente o fato de que a desarticulação do Programa com a política urbana e toda a gestão privada do social está contribuindo diretamente para a formação de novas segregações socioespaciais, o que, conseqüentemente, afeta relações de identidade e pertencimento que os usuários passaram a ter tanto com a nova moradia como com a cidade.

Para organizar as ideias, o artigo foi dividido em sessões. Primeiramente, o texto introduz algumas considerações teóricas sobre as origens e os problemas do PMCMV e o conceito de lugar como proposta analítica para o entendimento das sociabilidades ali formadas. Na sequência, é encaminhada a descrição do percurso que a Associação “Cabeça di Nego” tem na cidade de Sertãozinho, pontuando suas origens e suas motivações ideológicas. Por último, são apresentados os processos de organização que a levaram para dentro dos bairros do PMCMV com o intuito de potencializar a união dos moradores que se encontravam despossuídos de assistência pelo poder público. Como objetivo principal, o texto sustenta que, por meio dessa atuação, a Associação cumpre há quase dez anos um importante papel com a população local, sendo uma referência de resistência em meio às adversidades da (re)produção capitalista da cidade.

Origens, alcances e limitações do Programa “Minha Casa, Minha Vida”

Entre os anos de 2009 e 2020, a produção do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) proporcionou acesso ao financiamento da moradia para milhões de brasileiros. Em termos quantitativos, ele é considerado o maior programa de habitação da história do país. Nesse trabalho, entende-se que o PMCMV oportunizou financiamento para as camadas realmente populares com modalidade de Faixa Um³ e, em alguma

³ Modalidade de financiamento para famílias com renda até R\$ 1,6 mil.



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

medida, atendeu as demandas de movimentos sociais urbanos que eclodiram no século XXI.

No ano de 2008, às vésperas do lançamento do PMCMV, o *déficit* habitacional brasileiro, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2011), era de 5,5 milhões de famílias, sendo 83,5% presentes em áreas urbanas. Deste número, quase 35,1% estavam localizadas na Região Nordeste e 36,9% na Região Sudeste, o que corresponde a 1,946 milhão e 2,046 milhões de unidades, respectivamente (FJP, 2011, p. 29).

Vale ressaltar que o *déficit* habitacional calculado em 2008 pela Fundação João Pinheiro concentrava-se nas famílias de faixa de renda de até três salários-mínimos, o que correspondia exatamente à chamada Faixa Um de financiamento do PMCMV, ou seja, ao público-alvo da política habitacional.

É importante lembrar ainda o número de imóveis desocupados que, de acordo com a Fundação João Pinheiro, era de 7,542 milhões de imóveis vagos, 72% localizados em áreas urbanas e 28% em áreas rurais. Desse número, cerca de 6,307 milhões estavam em condições de serem ocupados, 894 mil estavam em construção ou reforma e 340 mil em ruínas (FJP, 2011, p. 42).

Essa constatação reforça a tese de que o problema da habitação no país não se limita à construção e a ofertas de financiamento compatíveis às classes populares, mas sim ao fato de que está intrinsecamente relacionado a uma prática do Estado que segue compactuando com a lógica do capital e com os interesses privados sobrepostos ao pleno direito à moradia. Sendo assim, construir milhares de unidades pelo país nunca será uma solução efetiva.

Finalmente, com o objetivo de criar condições para aquecer a construção civil no país e tornar possível o atendimento das famílias de renda mais baixa e de até dez salários-mínimos, durante o segundo mandato de Lula, o Governo Federal anunciou o Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Inicialmente, o PMCMV foi lançado como Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009. Posteriormente, foi convertida



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

na Lei no 11.977, de 7 de julho 2009, e oficializada com o Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009.

Além disso, o PMCMV foi influenciado pelas experiências latino-americanas, que já vinham sendo consideradas pelo setor da construção civil como os modelos mais ágeis na resolução do problema habitacional (Cardoso et al, 2017). Conforme Raquel Rolnik (2012b), a inspiração chilena levaria o Brasil a uma situação de segregação profunda, reforçando, mais uma vez, o “lugar dos pobres” na cidade. Ainda assim, no discurso de lançamento do PMCMV, o então presidente Lula enfatizou, dentre outras coisas, a importância que esse Programa assumia no enfrentamento à crise e o compromisso com o povo brasileiro dali em diante:

Bem, qual é o dado concreto? O dado concreto é que todo mundo sabe que este é um programa arrojado. Não é pouca coisa o que nós estamos anunciando neste momento, além da política habitacional que a Caixa Econômica vem fazendo normalmente. Isso é um programa adicional, é um programa quase que emergencial, como resposta de um lado para cumprir um enfrentamento à crise econômica mundial, resolver parte dos problemas da moradia de alguns brasileiros e, ao mesmo tempo, fazer com que a gente gere muitos empregos, para gerarmos renda e para gerarmos uma movimentação maior na economia brasileira. Todo mundo sabe que esse é o objetivo⁴.

Desse modo, como esperado, os empreendimentos sociais do PMCMV foram alocados nas regiões mais periféricas, gerando novos bairros segregados dentro das cidades. A ausência de diálogo com a política urbana e o excessivo privilégio para o interesse privado fizeram com o que PMCMV reforçasse a lógica capitalista sobre quem produz o espaço urbano e pressionasse os municípios a darem conta de equipar esses territórios:

A busca por terrenos mais baratos, visando viabilizar a produção e garantir as margens de lucro previstas, levou as empresas a elaborar projetos em áreas periféricas, muitas vezes completamente fora do perímetro urbano, em condições de infraestrutura e acessibilidade aos transportes e serviços precárias. A longo prazo, esse fato leva a que os governos locais sejam pressionados a investir em infraestrutura para viabilizar esses empreendimentos. Caso isso não ocorra, poderemos experimentar situações de progressiva decadência física e social dos novos conjuntos (Cardoso et al, 2017, p. 43).

⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante lançamento do Plano Habitacional, Brasília, 2009, p. 3. Ver: [Biblioteca da Presidência da República](#).



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Reforçando essa questão, Shimbo (2010) demonstrou com precisão as consequências da financeirização do setor imobiliário em que o protagonismo das construtoras impactava na qualidade do produto. As empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos eram norteadas por um princípio de racionalização do processo construtivo, o que implicava, por exemplo, na padronização dos elementos construtivos, as tipologias e os materiais utilizados, aumentando consideravelmente a margem de lucro. Logo, a produção em massa de moradias para os mais pobres tornou-se um grande negócio.

Já nas Prefeituras, o que se enxergou com o PMCMV foi uma grande oportunidade para viabilizar reassentamentos de comunidades removidas, bem como fortalecer programas municipais ou mesmo estaduais de acesso à moradia para essa faixa muito baixa de renda, na qual, como afirmado, se concentrava a maior parte das necessidades habitacionais do país. No caso de Sertãozinho, pode-se adiantar que essa foi a solução ideal para encerrar os casos de ocupações e de favelização que a cidade enfrentava havia décadas.

Desafios de se pertencer a um lugar

A inquietação original desta investigação era apreender os novos sentidos que as famílias usuárias do PMCMV conseguiram atribuir à casa após a conquista do financiamento, consistindo, então, em um estudo que se aprofunda no entendimento das relações dos moradores com o lugar. Considera-se aqui as descrições da geografia humana, especificamente em Carlos (2008), que trata o lugar como o espaço mais imediato da reprodução da vida, podendo ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. Mais do que o espaço construído, o lugar apresenta sociabilidades marcadas por proximidades e reconhecimentos entre os moradores. Nas palavras da autora, o lugar é:

[...] a porção do espaço apropriável para a vida-apropriada através do corpo dos sentidos-dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

a cidade *lato sensu*, a menos que seja a pequena vila ou cidade vivida/conhecida/reconhecida nos cantos (Carlos, 2008, p. 17-18).

Diante disso, é possível afirmar que é no lugar que vínculos e conflitos são estabelecidos de forma mais imediata por meio do cotidiano. Assim, “o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo em que é produzida a existência social dos seres humanos” (Carlos, 2008, p. 20).

Se o lugar é o mundo do vivido, é com ele que se verifica a existência social dos indivíduos. Sendo assim, diversos fatores podem interferir nas relações das pessoas com o lugar. Nesse sentido, estima-se que os moradores dos bairros do PMCMV de Sertãozinho recebam influências na construção de laços com o lugar através de duas perspectivas que serão tratadas, neste trabalho: “Da porta para dentro” e “Da porta para fora”.

A categoria “Da porta para dentro” se refere ao espaço da unidade habitacional em si mesma, levando em conta as dimensões subjetivas que envolvem o histórico de vida e familiar que atribuem diferentes significados à “casa própria” e, portanto, uma identidade vinculada ao espaço “da porta para dentro”. O segundo fundamento tem origem nos elementos recorrentes “da porta para fora”, ou seja, das condições de infraestrutura dos próprios bairros, do convívio com os vizinhos e do deslocamento cotidiano pela cidade.

Segundo Mayol (1996, p. 40), o bairro pode ser entendido como um lugar público que conforma um espaço privado particularizado pelo uso cotidiano desse espaço, onde há “elementos de costume recíproco da vizinhança e processos de reconhecimento, estabelecidos devido à proximidade, à coexistência concreta no mesmo território urbano”. Isto posto, essas duas categorias – “Da porta para fora” e “Da porta para dentro” -, dialeticamente, compõem os afetos e os desafetos com o lugar.

Sertãozinho/SP: entre o agronegócio e os interesses sociais

A cidade de Sertãozinho está localizada no Nordeste do Estado de São Paulo e compõe a Região Metropolitana de Ribeirão Preto com mais 34 municípios. Distante 335



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

quilômetros da Capital, Sertãozinho destaca-se economicamente pelo setor de desenvolvimento tecnológico industrial, da agricultura canavieira presente em toda a região e de duas usinas que produzem álcool e açúcar. Na última década, Sertãozinho passou a comportar uma especialização territorial produtiva, já que suas atividades econômicas se voltam para o setor agroindustrial canavieiro de forma cada vez mais homogênea. Um fator que evidencia esse quadro é o dado de que 90% (ou 30.000 hectares, aproximadamente) da área agricultável de Sertãozinho destina-se ao plantio de cana-de-açúcar (Coury, 2016).

Conforme o último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a cidade tem pouco mais de 126 mil habitantes e apresenta índices que a caracterizam como um município com boa qualidade de vida⁵. Analisando o histórico de Sertãozinho em relação à provisão de habitação na área urbana, observa-se um grande crescimento nas décadas de 1980 e 1990 em função do êxodo rural dos antigos moradores de colônias de usinas, além de migrantes que vinham em busca de empregos nos períodos de safra. Com isso, os núcleos residenciais conhecidos popularmente como Cohabs, promovidos pelo antigo Banco Nacional da Habitação (BNH), foram os principais responsáveis por desenhar o espaço urbano da cidade, correspondendo atualmente a dez Cohabs espalhadas pela cidade.

Hoje, Sertãozinho é uma cidade totalmente funcional ao agronegócio, situação que confere um caráter de vulnerabilidade de sua economia devido ao município ser dependente de um único produto. Com o passar dos anos, a força das elites do agronegócio também desenvolveu na cultural local uma imagem de Sertãozinho que, conforme mostra Tronto (2008), associa a cidade a um local de desenvolvimento, crescimento econômico e pleno progresso:

Essa cultura de valorização local é produzida pela elite local e seu projeto segundo dois objetivos básicos: vender externamente a imagem de um local em pleno desenvolvimento e com uma economia sólida e em crescimento, que

⁵ Em Sertãozinho, mais de 99% dos domicílios estão com esgotamento sanitário adequado e todos os casos de ocupação rural e urbanas foram solucionados com políticas de habitação social, principalmente PMCMV. Disponível em: [IBGE](https://www.ibge.gov.br).



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

significa também o dinamismo, a solidez e a força da empresa ali instalada; e vender internamente essa imagem para construir na sociedade sertaneza um sentimento de orgulho do local e de suas empresas, fundamento ideológico para a dominação e alienação da população mais pobre e da classe operária (Tronto, 2008, p. 81).

Já em 2010, a produção de habitação social ficou por conta do Governo Federal com o PMCMV, que atendeu a uma demanda importante da cidade por novas moradias e solucionou os pedidos do movimento social e os casos pontuais de favelizações. Para se ter uma ideia, entre 2009 e 2021, foram entregues oito empreendimentos só na modalidade Faixa Um, totalizando 2.347 habitações financiadas. Dos oito, sete são condomínios de apartamentos, o que implica em dinâmicas complexas para os moradores que passaram a conviver uns com os outros de forma mais intensa.

Tabela 1: Caracterização dos empreendimentos do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP

| EMPREENHIMENTO | TIPO DE UNIDADE HABITACIONAL | ENTREGA |
|---|------------------------------|------------------|
| Condomínio Residencial “Aragão Um” | 440/aptos | Novembro de 2012 |
| Condomínio Residencial “Aragão Dois” | 352/aptos | Maio de 2012 |
| Condomínio Residencial “Acácias” | 120/aptos | Maio de 2012 |
| Condomínio Residencial “Eldorado” | 160/aptos | Julho de 2011 |
| Condomínio Residencial “Geraldo Honório Garcia” | 340/aptos | Julho de 2015 |
| Condomínio Residencial “UMM” | 240/aptos | Julho de 2015 |
| Conjunto Habitacional “Anélio Celine” | 288/casas | Julho de 2016 |



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

| | | |
|--------------------------------------|-------------|---------------|
| Conjunto Habitacional “Carlos Salla” | 407/casas | Março de 2021 |
| TOTAL | 2347 | |

Fonte: Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho (2021). Elaborado pela autora.

A produção do Programa foi feita como em todos os municípios brasileiros: a lógica das construtoras optou por terrenos mais baratos, o que levou a uma alocação de conjuntos habitacionais periféricos, desprovidos de infraestrutura nos primeiros anos de suas implantações, diferente de outras faixas de financiamento do PMCMV destinadas às classes médias:

Em Sertãozinho, todos os empreendimentos das Faixas 1 e 2 situam-se no extremo urbano da Região Norte – área para além do limite criado pela linha férrea, próximo às áreas destinadas à produção agrícola local e com poucos equipamentos urbanos implementados para atendimento desta recente população. Já os empreendimentos para Faixa 3 se estabelecem na Região Noroeste, em glebas de antigos loteamentos, numa área bem mais consolidada. (Lopes & Shimbo, 2015, p. 238).

Nove anos depois do que foi colocado por Lopes & Shimbo (2015), atualmente, a região dos empreendimentos Faixa Um encontra-se equipada e mais bem inserida no contexto urbano. Na região, encontramos interligação com a malha urbana, equipamentos como creches, posto de saúde, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Artes e Esportes Unificados, o CEU das Artes, e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ainda que estejam um pouco mais afastados dos empreendimentos. No entanto, esse processo levou um tempo, ao menos cinco anos, para se completar, o que deixou os moradores com mais dificuldades de adaptação no início do processo de mudança.

Essa região da cidade é conhecida popularmente pelos moradores como “*os santas*” devido ao nome dos bairros nos quais estão inseridos: Jardim Santa Bárbara, Jardim Santa Lúcia, Jardim Santa Marta I, Jardim Santa Marta II e Jardim Santa Rosa. A distância média desses bairros onde estão os empreendimentos do PMCMV até o centro é de 5 quilômetros. Os mais distantes são os Residenciais Aragões e o Conjunto Geraldo



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Honório Garcia: eles estão, literalmente, ao lado de áreas agrícolas e das plantações de cana-de-açúcar.

Durante minha trajetória etnográfica, caminhando pelas ruas e pelas avenidas que conectam essa região da cidade, pude constatar que, além dos equipamentos públicos citados, existe uma relativa oferta de comércio e de serviços populares. Entretanto, o centro tradicional de Sertãozinho é muito consolidado e uma referência para toda a população sertanezina.

Em entrevistas com gestores da Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho, obtive informações de que alguns conjuntos habitacionais do PMCMV são fáceis de administrar, pois os moradores são “parceiros”. Outros vivem situações mais delicadas, envolvendo “lideranças negativas”, que limitam as ações do poder público. Além do atendimento realizado nas unidades do CRAS, o poder público de Sertãozinho reconhece que não consegue solucionar com efetividade todas as demandas desses bairros que vivem situações graves de vulnerabilidades, violências e práticas de ilegalismos.

O deslocamento dos moradores para megaconjuntos e as consequências citadas acima são vivenciadas de acordo com as realidades locais. A experiência dos empreendimentos do Rio de Janeiro (Grazia & Melo, 2017, p. 369) mostra como o comando do tráfico e das milícias tomou as sociabilidades desses bairros, afetando o exercício de cidadania dos moradores e a atuação dos síndicos, que acabam sendo submetidos a essa violência de forma até mais direta. O fato é que, em cidades menores e médias e em metrópoles de diferentes partes do país, são apontados problemas na relação da segregação socioespacial e na presença de crime organizado e as diferentes vulnerabilidades enfrentadas pelos moradores do PMCMV⁶. Em Sertãozinho, a situação não tem sido diferente.

Associação “Cabeça di Negro”: resistência cultural na periferia sertanezina

⁶ Por exemplo: sobre a cidade São Carlos/SP (Breda, 2018); sobre a cidade de Viçosa/MG (Souza, 2015); sobre a cidade de Curitiba/PR (Santos, 2017).



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Em 2021, quando entrei em campo para conhecer os bairros PMCMV, me deparei de fato com aquilo que a Secretaria de Assistência Social havia me relatado. Caminhando pela região dos conjuntos habitacionais, era possível perceber que algumas crianças brincavam e outras trabalhavam para o tráfico de drogas. Tudo ocorria com relativa naturalidade, à luz do dia. Como conseguir oportunizar alternativa a essa realidade contraditória e complexa? Longe de assumir um cinismo heroico, a Associação “Cabeça di Nego” já estava inserida e fazendo alguma diferença naqueles territórios, sendo essa a mais significativa descoberta do meu campo.

Os dados apresentados a seguir foram coletados entre 2021 e 2022 durante a trajetória etnográfica. Para que isso fosse viável, considero essencial a parceria com a Associação “Cabeça di Nego”, tratada em grande parte do texto simplesmente como Associação. Um dos principais nomes da Associação é Luís, que ocupou o cargo de presidente da instituição por muito tempo e tinha a função importante de pensar projetos de intervenção. Os dados que apresento foram coletados com Luís em uma entrevista em janeiro de 2020, no pátio do CEU das Artes.

Luís é um homem negro, nascido e criado em uma das Cohabs da cidade, próxima da região onde estão os bairros criados pelo PMCMV. Ele foi soldador por muitos anos na indústria de Sertãozinho e hoje, aos 44 anos, casado e pai de três filhos, é estudante de Pedagogia, professor de capoeira, produtor cultural e ativista do movimento negro. Outro membro importante é Isaac, presidente da Associação desde janeiro de 2021, que também contribuiu e me informou sobre diferentes projetos. Isaac é um homem negro de 42 anos, historiador e professor da rede estadual de ensino básico. Somam-se a essa Associação 12 membros, homens e mulheres, em sua maioria negros e negras, que se dividem em funções de secretariado, tesoureiros e conselheiro fiscal.

De todos os membros da Associação, Luís foi quem mais me auxiliou no trabalho de campo e pôde fornecer a maior parte dos detalhes para esta pesquisa. Sempre de forma muito solícita, ele correspondia às minhas demandas e demonstrava entusiasmo



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

em ver a Associação ser retratada em uma pesquisa científica de uma universidade pública.

Contextualizando a Associação “Cabeça di Nego”

Encontrei Luís no CEU das Artes em um sábado de janeiro de 2020. Alinhamos o dia e o horário conforme seus compromissos e conseguimos conversar por, aproximadamente, uma hora. A conversa foi gravada e, posteriormente, transcrita, utilizando exatamente os termos usados por Luís. Muito solícito e interessado, meu interlocutor pouco conhecia a realidade de uma pesquisa de pós-graduação e manifestou alegria em saber que a história do “Cabeça di Nego” seria contada em um espaço tão privilegiado.

Mesmo antes do PMCMV ser concretizado na cidade, a Associação construía sua trajetória. A partir da formação de novas periferias, seus membros vêm se dedicando a ocupar espaços importantes para oferecer a essa população acesso básico à educação, à cultura e ao lazer. A Associação foi regularizada em 09 de janeiro de 2013, mas Luís me contava que sua trajetória de construção é bem anterior a isso:

A Associação começa sem a gente perceber. Em 2000, a gente tinha um projeto de break, chamado “União Força Break”. Eu entro em 2002 porque eles precisavam de um DJ no projeto. Aí a gente veio trabalhando, sempre visando na formação do próximo, melhorar a qualidade de vida do jovem pela cultura. Aí a gente foi pedir ajuda pro poder público. O Toninho era vereador em 2004. Ele já conhecia o trabalho da gente e fez uma lei pra Sertãozinho de 10 mil reais pra gente desenvolver arte. Como a gente não tinha informação, não sabia, não se interessava pela burocracia e mais pela ação, a gente sofreu muito porque passava por muita humilhação, por que eles não admitiam né? Jovens, da região periférica, não têm educação nenhuma, vêm aqui pedir recurso público. Então foi espanto praquela gente ver um monte de jovem, roupa larga, negros, falando gíria. Eles achavam que a gente ia gastar o dinheiro com droga. Aí a gente foi lutando até chegar aqui (Luís).

Na citação acima, Luís relatava sobre o único apoio político, do ex-vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) Toninho Costa, ator e promotor de cultura, que assumiu em sua carreira política a defesa da pasta de cultura no município. O ex-vereador providenciou um projeto de lei em 2012 denominado Programa de Valorização dos



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Artistas (Provar), que tinha como referência o modelo estadual do Programa de Ação Cultural de São Paulo (ProAC). O projeto de lei só foi aprovado em 2015 e, a partir dele, a Associação pôde se submeter ao processo de inscrição por meio de edital. Depois disso, o grupo passou a receber verba destinada para o desenvolvimento das ações culturais no município que ocorriam, exclusivamente, no CEU das Artes, localizado próximo aos empreendimentos do PMCMV.

Com o tempo, a Associação foi se aproximando dos moradores dos bairros. É interessante perceber que a presença da Associação foi anterior à presença da própria Prefeitura, que demorou a assistir as demandas da população. Segundo Luís, suas primeiras intervenções ocorreram em 2015, em um contexto de reclamações dos moradores sobre conflitos entre vizinhos e furtos que ocorriam dentro de alguns condomínios:

O que a gente viu é que não era problema só na questão social do local, mas econômica, a prestação da casa, do condomínio. A gente viu que a área de lazer estava detonada e deu a ideia de revitalizar. Começamos a fazer umas oficinas, cinema, filme da realidade deles, passamos o “Trash: a esperança vem do lixo”, trocamos ideia. Era molecada que participava, adolescente, para colocar pra eles que dá pra mudar de vida. (Luís).

Luís me relatou que a Associação entrava e saía dos condomínios conforme os conflitos iam aparecendo, em tentativas de mediar e reparar as situações. Em grande parte, os conflitos eram iniciados por alguns síndicos que exerceram uma função mais autoritária do que cooperativa com os moradores. Outro fato interessante é que a Associação circulou por todos os empreendimentos do PMCMV, justificando, assim, o fácil reconhecimento dos moradores ao Luís e ao trabalho cultural desenvolvido em nome da Associação.

As tentativas da organização em atuar com os moradores era articulada com a realidade local, levando em conta os aspectos socioeconômicos e culturais, o que também facilitava as relações de identidade da população com o “Cabeça di Nego”. Com o tempo, as propostas de revitalizar áreas de lazer e exibir filmes foram ganhando confiança e, principalmente, sentido para a população.



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Nesse período, os membros da Associação manifestaram certa insatisfação com a atuação restrita ao CEU das Artes. Ficava cada vez mais constatado, a partir do contato com as crianças e com os adolescentes, os inúmeros problemas que envolviam a realidade de alguns desses bairros: presença do tráfico, intimidação, violência, pobreza e abandono estavam sempre presentes. Em comum acordo, os membros do “Cabeça di Nego” concluíram que de nada adiantava aquele jovem retornar para a casa e encontrar um ambiente conflituoso e hostil, sobretudo um ambiente que fomentasse isso com abandono e com depredação.

Foi então que surgiu a necessidade de ir além e promover, dentro dos bairros, ações consistentes e com caráter de prevenção para que meninos e meninas não encontrassem os ilegalismos como única alternativa de vida. Logo, propostas de revitalizar as áreas comuns dos condomínios foram acordadas em reunião. Quando Luís contava sobre o novo projeto de intervenção no espaço do condomínio, indaguei no sentido de quais seriam os conhecimentos técnicos sobre a reforma em si e se havia dentro da Associação algum voluntário da arquitetura ou área semelhante para auxiliar na elaboração e na execução da obra:

Não, nada disso. Tudo a gente. Eu tô pensando aqui, se põe janela de vidro, um material que não esquenta muito, cortina pra tapar o sol, ventilador. Tem que pensar nisso. O que eu não quero na minha casa não posso pôr na dos outros. Os meninos tão brincando na rua e quebra as coisas de vidro mesmo, não é porque quer não. Aí quinta-feira agora fomos no Aragão Um. O estado lá é pior. Aí os meninos logo parou a gente: “ow, e aí vai grafitar aí?”. “Grafitar não, nós vamos arrumar isso aqui”. “Demorou, quando?”. “Ano que vem”. Então se vê assim que eles ficam empolgados (Luís).

Destaco a frase de Luís de que “o que eu não quero na minha não posso pôr na dos outros”. Há, nesse viés, a preocupação em fazer o melhor possível para um espaço que, efetivamente, não é dele. Considerando que o padrão construtivo do PMCMV optou por tipologias baratas e padronizadas das construtoras, é interessante constatar como a Associação preocupava-se com o conforto ambiental mesmo sem ter conhecimento técnico na área da construção civil, nem mesmo recursos financeiros.



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Enquanto conversávamos, muitas pessoas passavam por nós, cumprimentando e fazendo perguntas para Luís sobre reuniões, horários de aulas e assuntos ligados ao funcionamento do CEU das Artes. Uma delas chamou a atenção e acabou tornando-se um dado interessante na pesquisa. Evandro, dono de um terreno utilizado como uma pequena horta particular, passou para confirmar uma reunião sobre o projeto da horta comunitária. Tratava-se de uma nova parceria, cuja horta particular, através da doação do terreno, passaria a ter uso comunitário para os moradores daquela região.

Na visão de Luís, além do fortalecimento da identidade de comunidade, a horta seria importante para disponibilizar um complemento na alimentação de muitas famílias. No mesmo sentido, ele me relatou que ocorria uma mobilização na Associação para a compra de um forno para a produção de pães, que atenderia a população de alguns bairros nos quais a situação de pobreza encontra-se mais preocupante.

Outros dois projetos estavam consolidados pela Associação com a população. O primeiro foi o conjunto de oficinas culturais, como grafite, capoeira, batalha de rap e *break*, que seriam realizadas cada semana em um dos oito empreendimentos do PMCMV, atendendo, assim, a todos. A segunda ação foi realizada em parceria com as iniciativas locais, isto é, dos próprios moradores que se reuniam em prol de revitalizar os espaços em comum do bairro, deixando-o mais agradável e seguro, com limpezas e reparos de iluminação. Partindo dessa segunda frente de ação, destaco, na próxima sessão, a parceria da Associação para aprimorar a festa de Dias das Crianças do bairro Anélio Celine, uma ação de parceria, sucesso e resistência.

O movimento Mães do Anélio Celine: sociabilidades no conjunto horizontal do PMCMV-1

Em setembro de 2021, com um cenário de vacinação da população adulta concretizado, Luís me informou que a Associação havia sido procurada por uma moradora do Conjunto Habitacional Anélio Celine que se apresentava como a líder do movimento “Mães do Anélio Celine”. A moradora em questão é Silvana, residente no bairro há anos, que buscava apoio com o objetivo de realizar uma festa de Dia das



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Crianças. Mais precisamente, ela solicitou que a Associação se fizesse presente com infraestrutura de som, palco e projetor para, assim, realizar brincadeiras e uma sessão de cinema para as crianças do bairro.

Assim, no dia 12 de outubro, estive presente no evento a convite de Luís. Ao chegar na rua do evento, me deparei com muitas crianças e muitos adolescentes transitando entre os espaços montados para a festa. Havia brinquedos como pula-pula, máquina de algodão doce e mesa de comes e bebes. No final da rua, a Associação montava o palco que daria lugar a uma sessão de cinema no período da noite.

Enquanto caminhava até o palco, pude observar que algumas mulheres usavam uma camiseta padrão e o nome do movimento: “Mães do Anélio Celine”. Ao chegar e cumprimentar Luís e outros membros da Associação, logo me apresentaram Silvana, que estava por perto e conferia a montagem dos equipamentos. Luís, como sempre, estava comentando sobre a minha pesquisa de forma solícita e entusiasmada, o que despertou interesse e orgulho em Silvana. Logo, nos sentamos na calçada e ela me contou sobre sua trajetória até a chegada no bairro.

Silvana, 37 anos, é uma mulher branca, casada e mãe de cinco filhos. Ela me relatou que fez parte do movimento por moradia que ocupou terras improdutivas nos anos 2000. Junto às outras famílias do movimento, Silvana foi realocada para o conjunto habitacional fruto do PMCMV. Antes de consolidar a mudança para a casa financiada, ela morou com o marido e os filhos de aluguel em um apartamento de outro empreendimento do PMCMV – o Condomínio Residencial Aragão Dois – enquanto reformava a casa e a deixava mais adequada para a mudança de todos.

No ano de 2015, o marido de Silvana foi preso por envolvimento no tráfico, o que tornou sua condição de mãe e trabalhadora ainda mais sobrecarregada. A moradora me relatou ter sido nessa fase seu primeiro contato com as festas do Dia das Crianças que ocorriam no Condomínio Residencial Aragão Dois, também organizadas por algumas famílias e pelo síndico da época. Depois que passou a residir oficialmente no Anélio



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Celine, Silvana ficou com o sonho de proporcionar para seus filhos e todas as crianças do bairro uma festa parecida.

A conversa com Silvana ocorreu na calçada em frente ao bar que funcionava como ponto de armazenamento das comidas e das bebidas da festa. Entre um relato e outro, Silvana me pediu licença para fumar, respirou fundo e relatou a sua emoção com o evento:

Tá tudo do jeitinho que eu queria! Isso aqui era um sonho meu, desde a época que eu morava no Aragão e via o pessoal de lá organizando. Quando mudei de vez pra cá sempre falei: um dia vamos ter a nossa. Até que, esse ano, depois de tudo que aconteceu, tanta coisa ruim, falando com a Fabiana e com o Marcos, ali do bar, a gente falou: não, vamos fazer. E aí começamos a correr atrás de doação de refrigerante, brinquedo e tudo pra montar os brindes das crianças (Silvana).

Durante nossa conversa, Silvana mantinha o olhar dividido com a rua e a movimentação das pessoas. Muitas vezes, fomos interrompidas por algumas pessoas que a procuraram para tirar dúvidas do que poderia fazer, pedir autorização para liberar mais refrigerante, entre outras questões que envolviam a dinâmica da festa. Nitidamente orgulhosa, perguntei sobre a ideia da parceria com a Associação “Cabeça di Nego”:

O pessoal é muito conhecido nosso. Tem muita criança aqui que faz curso lá no CEU com eles. Aí lembrei que eles podiam ajudar no som e, principalmente, no cinema. Disso eu não abri mão! Muitas crianças aqui nunca foram num cinema, não sabe como é. Eu escolhi pra passar aquele novo da Disney, “Luca”, eles vão amar! (Silvana)

Apesar da forte liderança, Silvana não trabalhou sozinha. A comissão do evento foi composta por ela e mais quatro mães que também estavam com camisetas representando o movimento recém-criado no bairro. A moradora sinalizou para que elas entrassem na nossa conversa, mas, quando souberam que se tratava de uma entrevista para uma pesquisa, preferiram manter Silvana como sua representante: “o que ela falar aí tá falado”, disseram em tom de riso e voltando para seus afazeres.

Além dessas mulheres, moradores participaram de forma mais modesta, divulgando o evento em redes sociais e pedindo doações. Essa arrecadação de dinheiro e de brindes levantou suspeita de alguns moradores, que questionaram se tudo seria destinado de fato para o evento. Segundo Silvana, isso se resume à lógica de que:



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

“Sempre tem as pessoas que não fazem nada, mas sabem falar”. Caso precisasse prestar contas, Silvana tomou o cuidado de guardar todas as notas fiscais dos itens comprados.

Outro dado interessante da conversa que tive com Silvana foi a respeito da relação do bairro Anélio Celine com os bairros vizinhos formados pelo Conjuntos Residenciais Aragão Um e Dois, tendo em vista a proximidade dos empreendimentos. O trajeto entre a rua da festa e a portaria do Condomínio Residencial Aragão Dois é de apenas 500 metros. Lá, a festa de Dia das Crianças é tradicional e ocorre desde 2013, reunindo muitas famílias todos os anos.

Silvana contou que, quando a notícia do evento do Anélio Celine começou a circular na região, a atual síndica do Condomínio Residencial Aragão Dois procurou por ela e ofereceu uma parceria na realização do evento. A proposta era que ambas juntassem suas arrecadações e concentrassem as atividades dentro do condomínio. O argumento da então síndica era de que assim teriam mais união, além de segurança e espaço apropriado para a realização do evento. Na visão de Silvana, essa foi uma estratégia de se promover ainda mais:

Ela quis é aproveitar da situação porque todo mundo viu que aqui estava tendo mobilização e arrecadamos muita coisa. Depois da ideia do cinema então... aí é fácil, né? E outra, aqui é um bairro, lá é outro. Aqui é muito melhor, na verdade. Nós somos do Anélio Celine. Eu já morei lá um tempo porque precisei, mas meu lugar é aqui, meus filhos são daqui (Silvana).

Para Silvana, estabelecer a demarcação entre os empreendimentos do PMCMV é fundamental. Embora toda essa região seja formada de vários conjuntos habitacionais próximos, há um vínculo com o bairro que, em sua visão, precisa ser defendido com os projetos exclusivos para quem ali mora. A nossa conversa durou, aproximadamente, meia hora, tempo suficiente para que a moradora descansasse e retornasse ao evento. Em seguida, no decorrer da festa, pude ajudar na distribuição de refrigerantes, máscaras de proteção e álcool em gel. As medidas de proteção contra a Covid-19 eram indispensáveis e reforçadas pela comissão de mães do evento a todo momento.

Assim, o evento seguiu das 15 horas até a noite, encerrando com a tão sonhada sessão de cinema e entrega de um brinquedo para cada criança: para as meninas, uma



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

boneca de plástico ou um kit de maquiagem infantil; para os meninos, uma bola pequena de futebol. Ao final, Silvana e outras mães engajadas no evento manifestaram o sentimento de orgulho e de dever cumprido em relação à festa, animadas para a edição do ano seguinte. Em nome da Associação “Cabeça di Nego”, Luís afirmou que poderiam contar com a parceria para futuras práticas. Tais atividades ainda ocorrem, principalmente as sessões de filmes no projeto denominado “Cine Quebrada”, aos domingos, nas praças dos bairros periféricos.

Considerações finais

O intuito principal deste trabalho foi questionar a ideia de que os moradores são “beneficiários” da política habitacional do “Minha Casa, Minha Vida”, avaliando as condições em que vivem, passados em média dez anos desde suas mudanças. Para isso, tinha-se como premissa que as noções de viver e morar abarcam muito mais do que financiar um imóvel, embora essa seja uma conquista significativa para a classe trabalhadora brasileira. De saída, entende-se que a relação de pertencimento, ou melhor, sua construção com o lugar é algo primordial.

Apesar de previsto no Art. 182 da Constituição Federal de 1988 que os municípios devam executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, o PMCMV em Sertãozinho reforçou a formação de novas periferias e concentrou uma grande população pobre em bairros apartados e que demoraram para ser equipados plenamente com serviços públicos de saúde, educação e lazer.

Durante o trabalho de campo, foi nítido que, se por um lado a Prefeitura não é capaz de estabelecer vínculo com esses conjuntos populares para atender suas demandas, por outro foi nesses espaços que a Associação “Cabeça di Nego” escolheu atuar. As ações culturais do grupo não resolvem os problemas estruturais desses bairros, mas, em alguma medida, conseguem alcançar a população, que enxerga no trabalho da Associação uma referência positiva e de confiança. Como a experiência do Dia das



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

Crianças mostrou, os vínculos que nascem da nova relação com o lugar são permeados por afetos de quem percebe o tamanho da conquista que foi a moradia.

Considerando a afirmação de Raquel Rolnik (2012a) de que a propriedade da terra e da moradia se encontra de forma majoritária sob domínio dos homens, é significativo que o PMCMV tenha priorizado a titularidade do imóvel para as mulheres. Os dados apontam que 87,1% dos contratos assinados no PMCMV-1 até 2013 foram feitos por mulheres (Brasil, 2014), revertendo o histórico de privilégios concedidos a homens. Compreender a luta das mulheres por autonomia, liberdade e direitos no Brasil é reconhecer a grandeza do movimento social feminino.

Para Sueli Carneiro (2003), o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados no mundo. Como lembra a autora, a Constituição de 1988 contemplou 80% das suas propostas e “destituiu o pátrio poder”. De lá para cá, outras conquistas, gerais e específicas, estão se concretizando. A trajetória da moradora Silvana revela a importância da conquista da casa própria, principalmente por garantir aos filhos um lugar seguro e estável. Mais do que isso, por meio do Movimento de Mães, fica evidente a potência política da comunidade de mulheres que, juntas, estão lutando para que seus filhos cresçam com direito à infância, à cultura e ao lazer.

Do encontro com Silvana foi possível concluir que há uma forte identificação da moradora com o bairro a ponto de não querer se unir com moradores do bairro vizinho para unificar a festa. Nesse caso, o vínculo com o lugar estava consolidado e, por isso, o sentimento de pertencer foi exaltado. Dentro de seu contexto, por meio do coletivo de mães, a festa de Dia das Crianças foi um sucesso tanto no planejamento como na ação.

Vale lembrar que o Conjunto Habitacional Anélio Celine foi construído no modelo horizontal, ou seja, de casas, e não de apartamentos como a maioria dos empreendimentos sociais do PMCMV. A dinâmica de morar em bairro horizontal é mais facilitada no processo de construção de vínculo com o lugar. O simples fato de Silvana relatar que conseguiu reformar a casa antes de consolidar sua mudança indica como o



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

modelo horizontal proporciona um pouco mais de liberdade e autonomia “da porta para dentro”, enquanto o vertical não dá a mínima possibilidade para isso acontecer.

Por fim, é importante destacar que, por escolha da Associação, todas essas intervenções vêm sendo debatidas apartadas do conhecimento da Prefeitura. Isso porque, na visão dos membros do “Cabeça di Nego”, não há acordo entre as ideias e um forte estigma sobre o trabalho que realizam. De lá para cá, por parte do poder público, não estão sendo executadas ações visando reunir os moradores, promover atividades educativas e culturais ou combater as vulnerabilidades estabelecidas. Portanto, fica afirmado que, se por meio das escolhas de políticas de Estado há tentativa constante de consolidar o projeto de cidadãos incompletos, o trabalho da Associação “Cabeça di Nego” almeja a plena realização desses indivíduos, ultrapassando a dimensão material e desenvolvendo a imaterial, de modo a fomentar aquilo defendido por Milton Santos (2020, p. 18): “(...) uma cidadania que nos ofereça como respeito à cultura e como busca de liberdade”.

Referências

Amore, Caio Santo; Shimbo, Lúcia Zanin & Rufino, Maria Beatriz Cruz. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

Brasil. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**/editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

Breda, Thalles Vichiato. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2018.

Cardoso, Adauto Lúcio; Aragão, Thêmis Amorim & Jaenisch, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

Carlos, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp,



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

2008.

Carneiro, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, vol.17, n.49, 2003.

Coury, Bruno Sigolo. **Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético: especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho (SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Geografia), Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2016.

Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil em 2008: Resultados preliminares**. Relatórios de Pesquisa, Brasília, 2011.

Grazia, Grazia de; Mello, Irene de Queiroz e. Uma avaliação do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: A. L. Cardoso, T. A. Aragão, & S. T. Jaenisch (Orgs.), **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017

Lefebvre, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

Lopes, João Marcos de Almeida; SHIMBO, Lúcia Zanin. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

Magnani, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

Mayol, Pierre. Morar. In: Certeau, Michel; Giard, Luce; Mayol, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.

Rolnik, Raquel. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial para o Direito à moradia adequada. Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2012a.

Rolnik, Raquel. **Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o “Minha Casa, Minha Vida”**. 2012b.

Santos, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. - São Paulo: EdUSP, 2020.

Santos, Viviane Vidal Pereira dos. **Viver em condomínios verticais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e**



Segregações urbanas e resistências culturais na periferia do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Sertãozinho/SP

Marina Urizzi

sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2017.

Shimbo, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

Souza, Nilo Sérgio de. **As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): o caso de Viçosa – MG.** Dissertação (Mestrado em X), Viçosa: Universidade Federal de Viçosa - UFV, 2015.

Tronto, Reinaldo. **Cultura e espaço:** identidade e território na formação de um arranjo produtivo local potencial em Sertãozinho-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia), Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2008.

Urizzi, Marina. **Segregações e sociabilidades urbanas:** viver e morar a partir dos Residenciais Aragão Um e Dois e Geraldo Honório Garcia do Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho/SP. 2023. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.